



## A ÉTICA NA POLÍTICA

### Introdução

À ética associamos palavras como honra, verdade, retidão, lealdade, probidade, entrega.

Ética vem do grego “ethos” que significa modo de ser ou conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social; neste sentido, ética é a forma que o homem deve adotar no seu meio social.

A ética associada à política aponta para ideias de força como honestidade, sentido de dever, espírito de missão, dedicação, integridade, serviço, causa pública, bem comum.

A ética na política conduz à justiça social e à realização de valores morais nas sociedades democráticas. É evidente que a ética deve ser o norte de cada um em todo o lado e em qualquer profissão. Mas na atividade política torna-se mais exigente a expressão porquanto está implícita à representação democrática e ao conceito de soberania popular, uma vez que o poder do Estado reside na capacidade eletiva do povo para a escolha daqueles que melhor devem representar os seus direitos e interesses.

Isto significa que um político que não tenha ética viola o seu dever de lealdade para quem o elegeu e compromete os laços de confiança entre cidadãos e representantes políticos.

E a verdade é que há fenómenos que, por definição, geram apetência pelo poder e que, por natureza, são contrários à democracia. Por isso o legislador, em sede constitucional, consagrou recentemente o princípio da alternância democrática, que está inexoravelmente associado à ideia de rotatividade e de renovação dos cargos políticos. De acordo com a nossa Constituição atual ninguém pode exercer a título vitalício qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local. Além disso, a lei determina limites à renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos executivos. Já ninguém pode ser presidente de um governo regional ou presidente de uma autarquia a vida inteira, como acontecia até há pouco tempo.

O sistema político português tem sido caracterizado, nos últimos cinquenta anos, por dois partidos dominantes que, desde o 25 de abril, partilham entre si o poder. O PSD tem 25 anos de poder. O PS tem 27 anos de poder. Estes dois partidos têm, além disso, sido responsáveis por longos períodos de permanência em cargos políticos eletivos. O PSD esteve no governo de 1980 a 1983, de 1985 a 1995, de 2002 a 2005, de 2011 a 2015. O PS esteve no governo de 1976 a 1978, de 1995 a 2002, de



2005 a 2011, de 2015 a 2024.

O que quer dizer que se, nos primeiros anos, os partidos políticos tentam fazer obra e adquirir visibilidade para ganharem as eleições seguintes, nos anos seguintes ganham apetência pelo poder, ambição, ganância e a proteção dos interesses instalados. Numa palavra: os políticos deixam de servir o povo e o país para se passarem a servir a si próprios, aos seus familiares e amigos e aos seus partidos.

E isso gera desilusão nos políticos, perda de atratividade pela democracia, diminuição do crédito nas instituições, agastamento e alheamento geral da população; refletidos na falta de comparência às urnas em dia de eleições. Além de que potencia fenómenos de corrupção e práticas criminosas que os cargos públicos têm apetência para criar.

É disso consequência a maior crise política em que nos encontramos desde que há memória. E que foi motivada por um desgaste constante com diferentes processos-crime que envolvem presidentes de Câmara, deputados, secretários de Estado, ministros e até dois primeiros-ministros socialistas.

O problema da ética é transversal, de modo especial, aos dois maiores partidos, embora os últimos anos de governo socialista com maioria absoluta tenham tornado público o pior da nossa democracia.

Nunca se viu tanta corrupção, nem tanta falta de ética e de vergonha de quem está à frente dos destinos do país. Nunca como antes se viram tantas notícias diárias com escândalos a envolverem toda a classe política, especialmente nos dois principais partidos. Com investigações criminais, exames, buscas, apreensões e detenções em direto a atingirem os poderosos deste país. Nunca como antes a palavra ética passou a fazer tanto sentido em política.

No final do ano passado 140 investigadores revistaram a residência oficial de António Costa, 17 residências e 25 diferentes instalações, incluindo o gabinete do chefe de gabinete do primeiro-ministro e dois ministérios do governo. Foram detidas várias pessoas, todas próximas do anterior primeiro-ministro. Entre elas o seu chefe de gabinete, Vítor Escária; um consultor muito próximo de Costa, Diogo Lacerda Machado; o presidente da Câmara de Sines, o socialista Nuno Mascarenhas; assim como dois executivos de empresas, também próximos do anterior primeiro-ministro. A par disso, o famoso Ministro das Infraestruturas, João Galamba, foi indiciado criminalmente como parte de um inquérito sobre negócios energéticos.

O chefe-de-gabinete do primeiro-ministro demitido já tinha sido assessor económico de outro primeiro-ministro socialista, José Sócrates, constituído também arguido em vários processos-crime. Depois disso, foi assessor económico de António Costa, tendo sido referenciado em 2019 no processo de recebimento indevido de vantagem no caso das viagens pagas pela Galp no Euro2016 de futebol. Em dezembro tinha nas prateleiras do escritório da residência oficial do primeiro-





ministro, em São Bento, 75.800 euros em dinheiro vivo.

A pior crise política em que hoje nos encontramos ficou a dever-se ao pedido de demissão de um chefe de um governo de má memória por o seu nome ter estado envolvido numa investigação criminal, na qual foi mencionado em mais de 20 escutas telefónicas, com a suspeita de ter interferido em processos que envolvem milhões de euros (milhões de euros que são dos portugueses), relacionados com a exploração de lítio e hidrogénio no país. Estão em causa factos graves e suscetíveis de constituir crimes de prevaricação, corrupção ativa e passiva e tráfico de influência.

Todos os nomes referidos mostraram-se “surpreendidos” e todos disseram “desconhecer em absoluto a essência de qualquer processo”. Mais recentemente soube-se, desta vez do lado do PSD, que a Justiça investiga a casa de Luís Montenegro por alegados benefícios fiscais em números superiores a cem mil euros.

Todos os dias as pessoas são assaltadas com estas notícias, que nos envergonham! Todos os dias percebemos para onde vai o dinheiro com que somos esmagados em impostos!!

O CHEGA tem de fazer a diferença em relação a isto! O CHEGA é o partido que combate a corrupção, é o partido que gere as legítimas ambições e expectativas do povo português, é o partido que transporta a luz em direção a um mundo diferente deste, que tem um rumo bem definido e que se preocupa com as pessoas.

O CHEGA tem de devolver a esperança à democracia, o respeito às instituições, o crédito aos políticos.

O CHEGA tem de voltar a levantar o sonho de Portugal como um país com um passado de glória e um futuro de riqueza, de prosperidade e de felicidade, no qual os nossos jovens tenham condições para voltar às suas casas e às suas famílias, onde as crianças, as mulheres e os idosos sejam respeitados, o país em que os cidadãos tenham orgulho da sua História, da sua Identidade, da sua Nação e da sua Pátria!

## **MOÇÃO**

A ética é um ramo da filosofia que se dedica ao estudo dos valores, princípios, normas e condutas morais que guiam e moldam o comportamento humano. Ela procura compreender o que é considerado certo ou errado, bom ou mau, justo ou injusto nas ações individuais e coletivas. A ética debruça-se e investiga questões relacionadas com a moralidade, analisando e refletindo como as pessoas se devem comportar e tomar decisões em diversas situações.

Os filósofos e estudiosos da ética procuram explorar diferentes teorias éticas de forma a procurar entender e justificar o que fundamenta as ações éticas. Acresce também que a ética não sendo uma ciência no sentido estrito do termo, como a física, química ou biologia está, no entanto, interligada a muitos campos de estudo



e prática, em áreas como a medicina, os negócios, o direito e a política.

Para além disso, há áreas do estudo da ética, como a ética normativa, que tentam estabelecer princípios e normas para orientação do comportamento ético. Apesar de não ser uma ciência, a ética desempenha um papel crucial na compreensão e na aplicação de valores morais em diversas esferas da vida humana.

A ética não é uma disciplina estática. Ela evolui no tempo e é influenciada por fatores culturais, sociais, históricos e filosóficos. Seu objetivo principal é o de orientar as pessoas a agir de modo moralmente responsável e a refletirem sobre as escolhas que fazem em suas vidas pessoais, profissionais e sociais:

- na antiga Grécia, o estudo da ética centrou-se nos valores morais;
- na China antiga, enfatizou-se a harmonia social e o comportamento em sociedade;
- no período medieval, o pensamento ético foi fortemente influenciado por estruturas religiosas;
- no renascimento, a ética debruçou-se sobre a política, examinando a natureza do poder e da governação;
- no iluminismo, os temas da deontologia centrados nos deveres e na obrigação moral e do utilitarismo, pautam os estudos da ética;
- nos séculos XIX e XX aperfeiçoa-se o utilitarismo e surgem novas teorias éticas como o existencialismo;
- na atualidade tem havido um enfoque na ética aplicada abordando dilemas éticos em domínios como a bioética, a ética ambiental, a ética empresarial e a ética tecnológica.

Não será certamente necessário recordar o numeroso conjunto de eventos que foram ocorrendo na arena política nacional e que nos levam a apresentar esta moção centrada exatamente no tema: ÉTICA NA POLÍTICA.

Relembrando alguns dos princípios de Maquiavel, a quem a paternidade desta temática pertence, neles se distinguem o *Realismo Político*, analisando a política como ela é na realidade e não como deveria ser idealmente, o *Foco na estabilidade e segurança do Estado*, em que os fins justificam os meios, ou seja que o principal objetivo de quem governa é o de manter a estabilidade e segurança do Estado sendo o uso da força, se necessário, um elemento a ter em conta como garante da estabilidade e a *Virtude do Líder*, assente nas suas capacidade de astúcia a nível político, de inteligência estratégica e de capacidade de adaptação às circunstâncias.

Esses princípios de ética política de Maquiavel são frequentemente debatidos e interpretados de várias maneiras, e a sua obra continua a ser uma fonte de discussão sobre as relações entre política, moralidade e poder. Com base em Maquiavel mas sobretudo com os contributos de ilustres pensadores dos Séc. XIX e XX desenvolve-se um quadro teórico que molda a *Ética na Política* assente num conjunto de





princípios morais e de pressupostos que se cruzam de várias formas, influenciando com frequência os domínios de uma e de outra.

#### *Fundamentos morais da Política:*

- *Valores e Princípios:* A ética fornece os valores e princípios fundamentais que orientam as decisões políticas. Conceitos como justiça, equidade e igualdade estão enraizados em quadros éticos e moldam as ideologias políticas.

#### *Elaboração de políticas e governação:*

- *Tomada de decisão:* Os políticos e os decisores políticos enfrentam frequentemente dilemas éticos quando tomam decisões que afetam a sociedade. Equilibrar interesses concorrentes e manter os padrões morais é um aspeto fundamental da governação.
- *Legislação:* As leis e as políticas têm frequentemente por base considerações éticas. O seu objetivo é promover o bem-estar da sociedade, defender os direitos e evitar danos, em conformidade com os princípios éticos.

#### *Poder e responsabilidade:*

- *Liderança ética:* O comportamento ético é crucial para os líderes políticos. A confiança, a integridade e a responsabilidade são virtudes éticas que se esperam de quem ocupa posições de poder.
- *Bem público vs. interesse pessoal:* As considerações éticas surgem quando se avalia se as ações políticas servem o bem comum ou são motivadas por ganhos pessoais.

#### *Justiça social e equidade:*

- *Enquadramento ético nas políticas sociais:* As decisões políticas relativas aos cuidados de saúde, à educação, à redução da pobreza, etc., são avaliadas através de lentes éticas. Os debates sobre a equidade e a distribuição de recursos envolvem frequentemente um raciocínio ético.

#### *Ética nas relações internacionais:*

- *Ética global:* As considerações éticas estendem-se à política internacional, abordando questões como os direitos humanos, as intervenções humanitárias e a governação global. As questões de soberania, intervenção e responsabilidade são eticamente complexas.

#### *Desafios e controvérsias:*

- *Dilemas éticos:* A política apresenta frequentemente dilemas morais, tais como o equilíbrio entre as liberdades individuais e os interesses da sociedade ou a exploração de valores culturais contraditórios.
- *Conduta ética dos políticos:* O escrutínio da conduta ética dos políticos e das implicações éticas das suas decisões é um tema constante de debate.



Explorar a relação entre ética e política implica abordar questões morais complexas, tendo simultaneamente em conta a governação prática e as necessidades da sociedade. A procura de uma governação ética pode conduzir a sistemas políticos mais justos, transparentes e responsáveis, promovendo a confiança e a estabilidade nas sociedades.

Interessa, pois, no quadro deste levantamento, ter em linha de consideração os principais erros éticos vulgarmente cometidos por políticos, no qual e infelizmente, Portugal se vê a braços atualmente.

Os políticos, como quaisquer indivíduos em posições de poder e influência, estão, por vezes, envolvidos em controvérsias éticas ou tomam decisões que podem ser consideradas eticamente questionáveis. Eis alguns exemplos de grandes erros éticos:

*Corrupção e suborno:*

- Aceitação de subornos: Alguns políticos foram considerados culpados de aceitar subornos ou de se envolverem em práticas corruptas para influenciar as suas decisões ou políticas a favor de interesses específicos.

*Conflito de interesses:*

- Utilização de cargos públicos para benefício pessoal: casos em que os políticos utilizam a sua posição para se beneficiarem a si próprios, à sua família ou aos seus associados, financeiramente ou de outra forma, criando conflitos de interesses.

*Falta de transparência:*

- Esconder informação ou enganar o público: Quando os políticos escondem ou deturpam factos ou informações cruciais do público, comprometendo a transparência e a responsabilidade.

*Violações éticas em campanha eleitoral:*

- Promessas falsas ou declarações enganosas: Fazer promessas durante as campanhas que são intencionalmente falsas ou enganadoras, manipulando a opinião pública para obter ganhos políticos.

*Abuso de poder:*

- Ações autoritárias: Políticos que usam o seu poder para suprimir a dissidência, restringir as liberdades ou violar os direitos humanos, minando os valores democráticos e a governação ética.

*Comportamento antiético na governação:*

- Falha na abordagem de questões sociais: Políticos que negligenciam questões sociais cruciais ou não dão respostas adequadas a problemas prementes, resultando em danos para o público.

*Falta de responsabilização:*





- Evitar a responsabilidade por erros ou infrações: Casos em que os políticos fogem à responsabilidade pelos seus erros ou violações éticas, minando a confiança na liderança.

#### *Manipulação e Propaganda:*

- Difusão de desinformação: Utilização de propaganda ou campanhas de desinformação para manipular a opinião pública, comprometendo o processo democrático.

É essencial notar que estes erros não são universais entre os políticos e que muitos funcionários públicos atuam de forma ética e íntegra. No entanto, os lapsos éticos das figuras políticas podem ter consequências significativas, minando a confiança do público nas instituições governamentais e afetando o processo democrático. A liderança ética e a responsabilização são aspetos cruciais para a manutenção de um sistema político saudável e fiável.

Não podemos também falar de ética sem deixar de falar de deontologia pois são áreas fundamentais para diversos campos, especialmente em profissões ou cargos que lidam com responsabilidades e tomadas de decisão importantes e muitas vezes críticas para a sociedade.

Se a ética é o estudo dos princípios que regem o comportamento humano e o que é considerado certo ou errado, bom ou mau a deontologia concentra-se mais especificamente nos deveres e obrigações dentro de um determinado contexto, profissão, cargo ou função. Ela define um conjunto de regras ou códigos de conduta que orientam as ações dos profissionais dentro de suas áreas específicas. Por exemplo, a deontologia médica estabelece os princípios éticos e as responsabilidades dos médicos para com os pacientes. Da mesma forma, e embora não sendo uma profissão, o deveria fazer para os políticos em exercício de funções.

Ambas são essenciais para garantir comportamentos responsáveis e éticos em diversas esferas da vida, especialmente em campos e áreas onde as ações têm um impacto significativo nas pessoas ao redor.

Pode ler-se o seguinte no *Manifesto Político Fundador* do nosso partido “*O CHEGA não é, nem será nunca apenas “mais um” partido a integrar o sistema político que nos asfixia, mas traz consigo um núcleo de valores indispensável para a inversão do estado de decadência e degradação a que o regime democrático português chegou*”.

Assim, para ser diferente e levar à prática este princípio, entendemos ser recomendável construir-se um “Código de Ética” do político CHEGA, que de uma forma geral constitua um elemento caracterizador dos princípios fundamentais e dos valores que toda e qualquer pessoa que assuma cargos políticos no nosso partido se veicule.



Um código de ética política é um conjunto de diretrizes ou princípios que orientam o comportamento dos políticos e das instituições governamentais.

## CÓDIGO DE ÉTICA PARA POLÍTICOS E PARA PARTIDOS DEMOCRÁTICOS

- ***Honestidade e Integridade***
  - O político CHEGA deve agir com honestidade, transparência e integridade em todas as suas atividades e comunicações públicas;
  - Deve evitar mentiras, manipulações e práticas enganosas ao lidar com o público ou ao comunicar informações;
- ***Responsabilidade e Prestação de Contas***
  - Devem ser transparentes em relação às fontes de financiamento de campanha e evitar conflitos de interesses;
  - Devem ser responsáveis por suas ações, assumindo a responsabilidade por erros e decisões controversas;
- ***Respeito aos direitos humanos***
  - Devem respeitar e promover os direitos humanos, sem discriminação com base em etnia, sexo, religião, orientação sexual ou qualquer outra característica;
  - Devem incentivar a participação de diferentes sensibilidades na tomada de decisões;
- ***Governança Ética***
  - Devem aderir a padrões éticos na formulação e implementação de políticas públicas, priorizando o bem-estar geral da sociedade;
  - Devem buscar o consenso e o diálogo na resolução de conflitos políticos;
- ***Uso responsável do Poder***
  - Devem exercer o poder de forma responsável, evitando abusos de autoridade, corrupção e uso indevido de recursos públicos;
  - Devem agir em benefício do público, e não para ganho pessoal ou partidário;
- ***Promoção da transparência e Participação Cívica***
  - Devem promover a transparência nas atividades governamentais, garantindo o acesso público à informação relevante;
  - Devem incentivar e facilitar a participação cívica e o engajamento dos cidadãos no processo político;

É importante que políticos e instituições governamentais adotem e apliquem esses princípios éticos para promover uma governança mais transparente e responsável, recuperando o prestígio que se foi perdendo com os erros.

Assim e considerando que:





1. Os sucessivos erros e atropelos éticos que os partidos do governo tem vindo a cometer tem contribuído para a degradação da imagem dos políticos junto da opinião pública;
2. O CHEGA pretende ser um partido diferente na prática política e contribuir para uma elevação dos cargos de governação aos olhos do eleitorado;
3. Ser-se dirigente político se reveste de um grau de responsabilidade que não se compadece com maus ou sofríveis juízos éticos;
4. Que a sociedade que pretendemos para Portugal, descrita na declaração de princípios do CHEGA, aponta no sentido da Ética governativa;
5. O combate à corrupção é uma batalha fundamental a travar;
6. O CHEGA pretende mudar mentalidades assentes no politicamente correto;
7. Queremos mudar Portugal no sentido do progresso e da sua história efetuando para isso as transformações necessárias na sociedade;

**A presente moção propõe:**

A adoção pelo partido CHEGA de um CÓDIGO DE ÉTICA PARA POLÍTICOS E PARA PARTIDOS DEMOCRÁTICOS a ser desenvolvido num curto prazo de tempo por uma comissão nomeada para o efeito, e que envolva membros eleitos do partido, em órgãos autárquicos e na assembleia da república, e militantes que pretendam vir a desenvolver atividade política ativa, tendo por base as propostas aqui descritas em termos ético-deontológicos.

Viva o CHEGA

Viva André Ventura

Viva Portugal

Os proponentes